

RESOLUÇÃO (aprovada por unanimidade)

1. OBJECTIVOS DA CONFERÊNCIA

A Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco é a concretização de uma deliberação do Programa de Acção aprovado no 4º Congresso da USCB/CGTP-IN e do Plano de Actividades para 2004 e a sua realização é determinada pelos seguintes factores:

- a. A necessidade de o movimento sindical proceder a uma análise, o mais rigorosa possível, da situação económica e social, tendo presentes a calamidade dos incêndios, os encerramentos de empresas, as alterações ocorridos no aparelho produtivo e na situação do emprego e do desemprego;
- b. A premência de iniciarmos uma reflexão e o apuramento de contributos que nos habilitem à aprovação, no 5º Congresso (se assim for decidido), de uma posição e de propostas sustentadas e qualificadas para o desenvolvimento económico e social do Distrito de Castelo Branco, abarcando o máximo de áreas, sectores de actividade e concelhos do distrito;
- c. A urgência em definirmos uma linha de intervenção sindical forte e abrangente que envolva a opinião pública e os trabalhadores, criando dinâmicas reivindicativas fortes, positivas e estruturantes.

2. A SITUAÇÃO ECONÓMICA

A Conferência Sindical Distrital constata que a Situação Económica e Social no distrito de Castelo Branco se tem vindo a agravar por força do encerramento de empresas, do aumento do desemprego e dos salários em atraso e pela acentuação dos factores de preocupação quanto ao futuro de um significativo número de empresas que apresentam estrangulamentos vários.

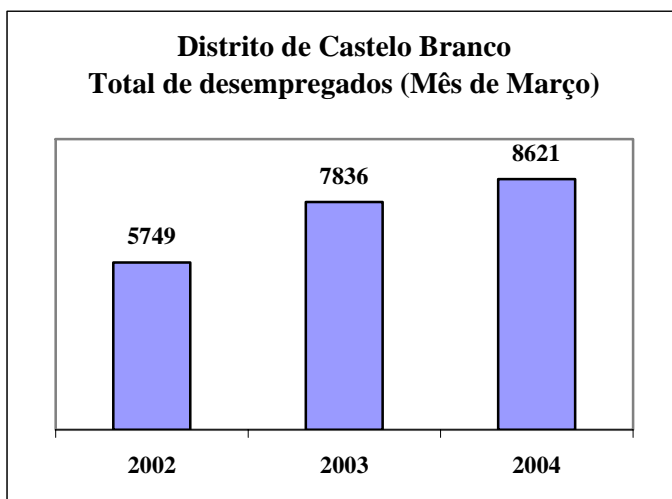
As consequências são bem visíveis:

- Nos anos de 2002 e de 2003 o total de falências e de processos de recuperação de empresa foi de 75 empresas, tendo passado de 31 em 2002 para 44 em 2003. Em consequência disso e da diminuição geral de postos de trabalho, destruíram-se cerca de 4000 postos de trabalho;
- Os sectores de lanifícios e de confecções foram dos mais atingidos com cerca de 30 empresas encerradas ou paralisadas;
- O sector dos aglomerados de madeira desapareceu praticamente: A Sotima de Proença-a-Nova com 234 os trabalhadores está paralisada e em risco de falência;
- O sector da Cerâmica vai desaparecendo de forma lenta e inexorável: A SOBETÃO (Castelo Branco) com 25 trabalhadores foi recentemente à falência; A Cerâmica de São Pedro (Fundão) com 18 trabalhadores procedeu a um despedimento colectivo e paralisou a actividade produtiva da empresa;

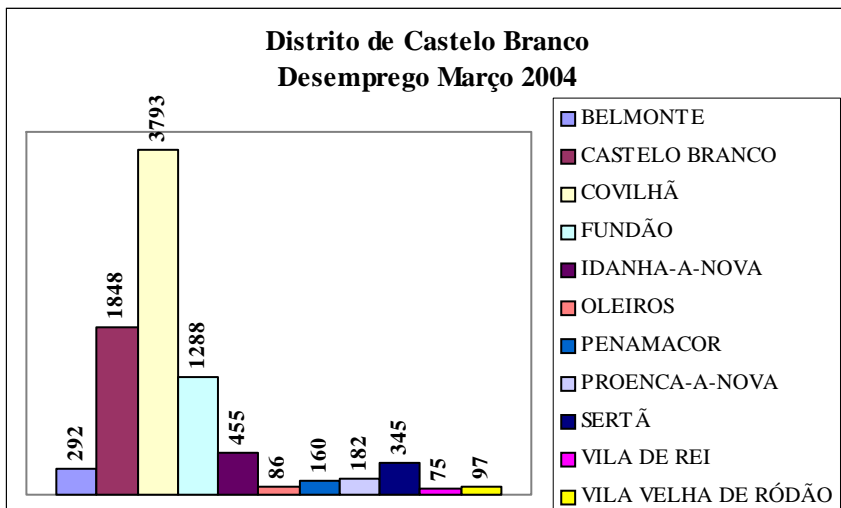
- **No sector da Construção Civil** verificou-se o abandono da actividade de largas centenas de pequenos empresários e de trabalhadores por conta própria;
- **No Sector Metalúrgico**, face às profundas alterações na metalurgia de base, com o desaparecimento e desmantelamento das grandes empresas, o distrito não criou condições de instalação de uma indústria especializada e de valor acrescentado. O sector automóvel, com a reestruturação, alterou toda a sua filosofia, levando ao despedimento de dezenas de trabalhadores, aos salários em atraso e ao risco de encerramento de muitas empresas.
- **O Sector do Comércio**, em especial o tradicional, é de novo violentamente atingido pelos encerramentos e trespases e pela insegurança no emprego isto porque é enorme a carência de meios de subsistência de muitas famílias;
- **No Sector das Águas** encerrou a única empresa da Covilhã as Águas Sete Fontes com 20 trabalhadores e as Águas do Alardo, no concelho do Fundão reduziram substancialmente o número de postos de trabalho;
- **A Agricultura e a actividade florestal** continuam em constante regressão situação que os incêndios do verão passado vieram a agravar com a conseqüente perda de rendimentos e de postos de trabalho em concelhos que viviam quase em exclusivo dessas actividades, como são o caso dos concelhos da Zona do Pinhal (Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova e Vila de Rei);
- **Os salários em atraso** regressam e intensificam-se. **Cerca de Mil Trabalhadores de 9 empresas** ou têm salários em atraso ou recebem os salários com atraso;
- Entretanto, um número significativo de empresas reduziu o seu número de trabalhadores pela via da rescisão dos contratos a prazo, da rescisão por "mutuo acordo" e por despedimentos arbitrários e unilaterais e, alguns dos encerramentos e falências, configuram uma actuação premeditada de lançamento de trabalhadores no desemprego para, mais tarde, reabrirem com outro nome e beneficiarem dos apoios do Estado à criação de postos de trabalho. Isto é: Ficam a dever a trabalhadores, à segurança Social, ao Fisco e a fornecedores e, assim, ganham em todas as frentes de forma ética e socialmente reprovável. Só por isso se percebe que perto de uma dezena de empresas já tenham outras tantas empresas dentro delas, constituídas por aqueles que, por má gestão e descapitalização, levaram as primeiras à ruína.

3. A PREOCUPANTE EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO

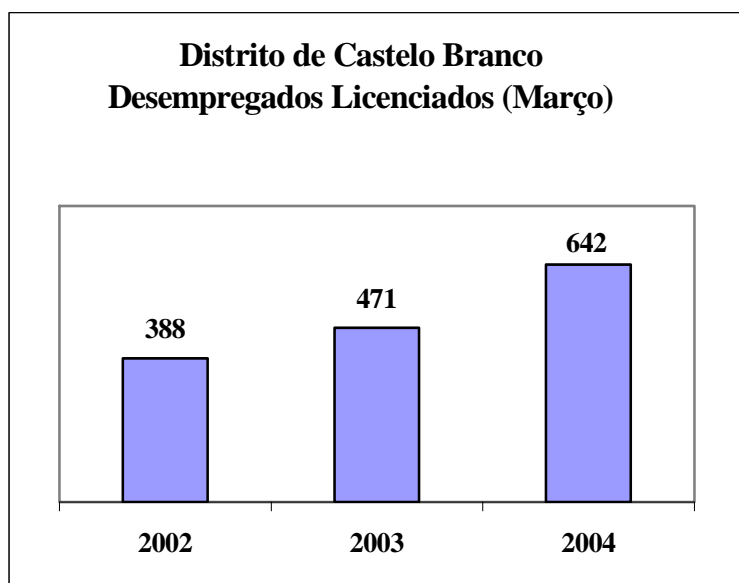
A Conferência Sindical Distrital chama a atenção para o aumento do desemprego e para as conseqüências sociais que o mesmo comporta, pois:



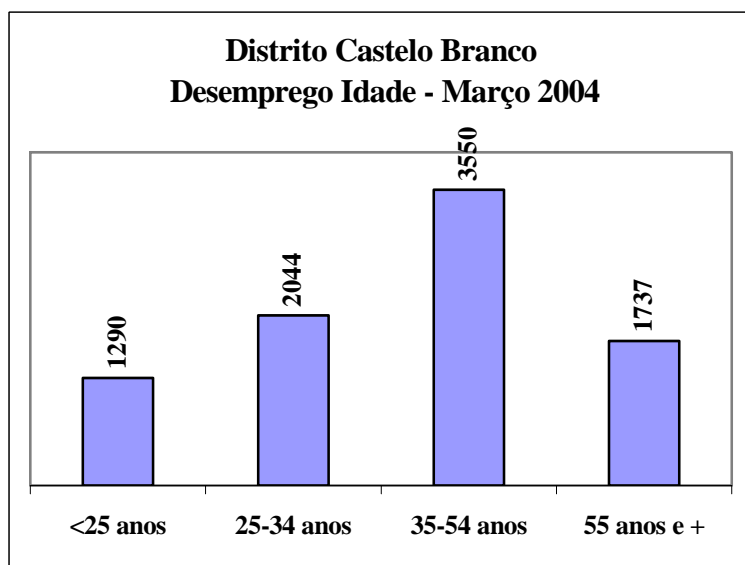
- Verificamos que em dois anos o desemprego no distrito atingiu mais 2872 pessoas o que equivale a um aumento de **50%**, percentagem muito superior ao aumento do desemprego no País sendo que a sua maioria são mulheres (**60%**).



O Centro de Emprego da Covilhã (que engloba os concelhos de Covilhã, Belmonte, Fundão e Penamacor) é o que mais desemprego tem registado (5.553) e o concelho da Covilhã é o mais atingido com **44% do total**.



- Quanto ao nível de instrução, destaca-se o aumento do desemprego dos licenciados, que desde Março de 2002 a Março de 2003, registou um acréscimo de **65%**.



- Quanto à idade, a maior incidência recai na faixa etária dos 35-54 anos, sendo no entanto preocupante o número de desempregados com mais de 55 anos, numa idade em que dificilmente conseguem nova colocação.

- O número de desempregados colocados em programas ocupacionais é elevado atingindo um número de 847, em Março de 2004, que somados aos outros desempregados faz disparar o número total de desempregados, para 9468. Ora, se a estes juntarmos os trabalhadores em acções de formação, os jovens à procura do 1º emprego que não se encontram inscritos e os desempregados de longa duração que já não recebem subsídio

de desemprego que também não são contabilizados, poderemos concluir que o desemprego real é muito superior ao que nos dizem as estatísticas oficiais, **ultrapassando os dez mil trabalhadores**, no Distrito de Castelo Branco.

- Só a desertificação do distrito e o abandono precoce do trabalho, que faz com que tenhamos reformados muito novos, e a permanente ocultação do desemprego real é que explicam a propagandeada redução do desemprego na região.

4. A SITUAÇÃO ECONÓMICA E O DESEMPREGO PODEM AGRAVAR-SE

A Conferência Sindical Distrital alerta que, se com estes dados a situação já é grave, tudo aponta para um drástico e preocupante agravamento da situação. Outras empresas, nos seus últimos resultados, apresentam diminuições do volume de negócios em comparação com anos anteriores, mantendo-se a mesma estrutura organizativa, o mesmo produto e a mesma tecnologia. Para esta situação está a contribuir o comportamento da Banca que diminuiu plafonds de crédito, não desconta letras e pagarés e cortou quase por completo o crédito às empresas de lanifícios e de confecções.

A Conferência Sindical Distrital alerta ainda que o Governo e os departamentos e institutos dele dependentes, nomeadamente o IAPMEI, têm igualmente responsabilidades pela situação existente pois, é por demais evidente a opção pela destruição do aparelho produtivo que, aliada a uma enormíssima incompetência, se traduz em atrasos fatais para a recuperação e viabilização das empresas.

5. A SITUAÇÃO SOCIAL E LABORAL

A Conferência Sindical Distrital denuncia que a par da destruição do aparelho produtivo e dos postos de trabalho no distrito de Castelo Branco se vive num gravíssimo e insustentável clima de insegurança e instabilidade laborais em resultado:

- a. Da desvalorização do trabalho, como direito social fundamental;
- b. Do aumento da violação e desrespeito dos direitos dos trabalhadores;
- c. Da degradação dos salários reais, levando a que **os baixos salários auferidos no distrito estejam a abalar cada vez mais, a já por si débil economia da região;**
- d. Do prolongamento da jornada diária de trabalho através da flexibilidade dos horários e do trabalho suplementar ilegal;
- e. Do desrespeito pelas normas e regulamentos de Higiene, Segurança e Saúde no local de trabalho;
- f. Da concentração do capital e de empresas em poucos grupos económicos;
- g. Do desmantelamento e privatização das Funções Sociais do Estado que se traduzem em violação e retrocessos dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública central e Local e, por via disso, da destruição do direito dos trabalhadores e da população em geral à Saúde, à Segurança Social, à educação e ao ensino, e outros direitos sociais consagrados na Constituição da República;
- h. Da entrega aos privados de sectores fundamentais como a água, o ambiente, serviços de limpeza e outros;

6. OS RESULTADOS ESTÃO À VISTA

A Conferência Sindical Distrital declara que os resultados das políticas até aqui seguidas são por demais evidentes:

- A agricultura não se modernizou, as florestas continuaram a arder, a diversificação das actividades económicas não se verificou e o mau aproveitamento dos nossos recursos naturais e turísticos é uma evidência;
- A situação de mono-indústria de vários concelhos não se esbateu e onde tal aconteceu foi em resultado de uma diminuição da actividade económica em geral;
- A população continua a diminuir e a envelhecer e a juventude a abandonar o distrito, principalmente nos concelhos da chamada zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova, Oleiros e Vila de Rei) e da zona da Raia (Penamacor e Idanha-a-Nova);
- Os salários médios estão abaixo da média nacional e o poder de compra é dos mais baixos do país;
- Os equipamentos sociais e os meios humanos para a saúde, a segurança social, a educação e o ensino, a cultura, o desporto e os tempos livres, etc., são diminutos e abaixo da já por si, baixa média nacional.

7. AS NOSSAS PROPOSTAS

A Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco reafirma a necessidade de serem implementadas políticas e medidas urgentes, especialmente dirigidas ao interior e em particular ao distrito de Castelo Branco, como sejam:

1. Dar cumprimento às propostas e medidas aprovadas no âmbito do Grupo de Trabalho “Beira Baixa, que Futuro” e concretizar as medidas que, embora insuficientes e limitadas, estão previstas no PRASD;
2. Adopção de políticas e medidas que visem:
 - a) Defender e revitalizar o aparelho produtivo e os postos de trabalho existentes;
 - b) A atracção de investimento público e privado para a diversificação das actividades económicas;
 - c) A implementação de um amplo plano de formação e qualificação profissional directamente dirigido às necessidades das empresas, das novas profissões e das actividades económicas a implementar. Exigimos formação qualificada para o emprego.

ESTAS POLITICAS E MEDIDAS DEVEM ASSENTAR NAS SEGUINTE LINHAS ORIENTADORAS:

1. Realização de políticas que promovam o pleno emprego, o direito ao trabalho e o combate ao desemprego e à precariedade, como factor de progresso e desenvolvimento do distrito e condição essencial para a efectivação dos demais direitos dos trabalhadores;
2. Adopção de políticas que travem o encerramento das empresas instaladas e a defesa dos postos de trabalho existentes. No imediato reclamamos resposta aos problemas existentes nos sectores tradicionais (lanifícios e vestuário) e, em face da calamidade dos incêndios florestais, a aplicação de medidas especiais e concretas para a defesa e relançamento da actividade florestal;
3. Aplicação de políticas que promovam a diversificação das actividades económicas e a instalação de novas empresas que criem novos postos de trabalho com direitos, o que pressupõe:
 - Contribuir para travar o envelhecimento da nossa população e a continuada desertificação do Distrito;
 - Defender e desenvolver a Agricultura e a Floresta, valorizando e revitalizando o mundo rural;

- Revitalizar a indústria têxtil (lanifícios e vestuário) como pilar económico fundamental;
 - Modernizar e revitalizar os serviços e o comércio tradicional;
 - Promover o Turismo numa perspectiva integrada, de qualidade e ambientalmente sustentável;
 - Superar as carências em infra-estruturas de saúde, ensino e educação, segurança social e cultura, garantindo-lhes uma gestão pública moderna, flexível e responsabilizante;
 - Melhorar os transportes e as acessibilidades (IP2, IP5 e IP6, A23, A25, túneis da Serra da Estrela, IC8, IC6 com características de auto-estrada e IC12 com a inclusão do túnel da Alvoaça), sem que sejam cobradas portagens em nenhuma destas vias, e modernizar a Linha Ferroviária da Beira Baixa.
 - Defender a água como bem público, lutando contra a sua privatização;
 - Defender e promover o ambiente.
4. Aplicação de medidas conjunturais de alargamento e protecção social aos desempregados que contribuam para diminuir as dificuldades económicas financeiras que atingem um largo número de trabalhadores que todos os dias são lançados no desemprego;
 5. Crescimento dos salários reais para que se aproximem da média nacional e da média da União Europeia/15 e das pensões mínimas de reforma ao Salário Mínimo Nacional;
 6. Descentralizar e regionalizar, até ao nível do distrito, os fundos estruturais provenientes dos diversos programas comunitários e nacionais;
 7. Assegurar a participação dos sindicatos no acompanhamento e avaliação dos projectos apoiados, não ficando reduzidos a uma participação, tantas vezes formal;
 8. Implementar regras de transparência, rigor, responsabilização e controlo na apreciação da utilização e gestão dos fundos estruturais, única forma de se poder minimizar a sua insuficiência no distrito;
 9. Alterar os critérios na distribuição das verbas do PIDDAC de forma a consagrar um maior investimento para as regiões do interior, possibilitando assim o seu desenvolvimento e a atenuação dos factores de pressão no litoral;
 10. Denunciar a farsa da divisão administrativa do território que o Governo pretende implementar e retomar o processo de regionalização do País como meio indispensável para assegurar o desenvolvimento equilibrado das regiões, devendo avançar-se para ela de forma aberta, esclarecedora, dialogante e privilegiando a participação das populações.

Entretanto, em articulação com estas medidas de carácter geral, propomos:

- a. **CRIAÇÃO DE UMA LINHA DE CRÉDITO**, controlada e bonificada à taxa de 0%, destinada a fundo de maneiro;
- b. **REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO DE DIAGNÓSTICO**, à situação das empresas do distrito que identifique os estrangulamentos e aponte soluções, através de um **Observatório Permanente** a funcionar com a participação das Instituições de Ensino Superior e Tecnológico e das Associações Sindicais e Patronais;
- c. **REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS** às empresas que receberam apoios financeiros para se apurarem os resultados obtidos no investimento e às empresas que devem à Segurança Social, às Finanças e aos trabalhadores;
- d. Lançamento de um amplo **PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL** dirigido aos empresários, quadros técnicos, quadros intermédios e trabalhadores em geral, com a colaboração e participação de todas as entidades e instituições com responsabilidades na formação profissional, incluindo sindicatos e empresas;

- e. **APROFUNDAR A LIGACÃO** entre as Instituições de Ensino Superior (UBI e IPCB) e Unidades de Investigação (laboratórios) e as empresas, facilitando desta forma a transferência tecnológica e criação de mais valias na região;
- f. **ADOÇÃO DE MEDIDAS PRÁTICAS** que garantam que nenhum edifício actualmente licenciado para utilização fabril possa mudar de uso sem que esteja previamente feita a transferência da empresa lá instalada e dos seus trabalhadores para outros edifícios;
- g. Apoiar e definir **MEDIDAS** económicas e financeiras **QUE COMBATAM A DESCAPITALIZAÇÃO E AS TRANSFERÊNCIAS DE RIQUEZA** criada no distrito para outras áreas, países, ou sectores, apoiando e promovendo o investimento e o auto-investimento;
- h. Apoiar e incentivar a **PROMOCÃO E VALORIZAÇÃO** da Imagem e Marca dos produtos fabricados e produzidos da Região;
- i. Apoiar e incentivar a **DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**, a procura dos novos mercados, a criação de cadeias de comercialização e distribuição;
- j. Implementar uma política económica que possibilite o **AUMENTO DO CONSUMO**, como forma de revitalizar o mercado interno;
- k. **ACTUAR JUNTO DA UNIÃO EUROPEIA**, para fazer face à feroz concorrência com que os nossos sectores estão confrontados em resultado da liberalização das normas de comércio internacional, mas também dos sistemáticos atropelos a essas mesmas normas praticadas impunemente por um número cada vez maior de países, incluindo os que estão a negociar a integração da U.E. e pelos grupos económicos transnacionais que lá se instalam, visando:
 - A travagem dos acordos comerciais da U.E. com países terceiros;
 - O combate eficaz a todas as formas de "Dumping" social e fiscal;
 - A criação de medidas que protejam as nossas indústrias, tendo em conta a nossa realidade e a situação de desvantagem em relação a outros países da U.E. que, como se sabe, adoptam e praticam medidas internas de protecção;
 - A limitação, controle e fiscalização dos produtos importados e o rigoroso cumprimento das regras comerciais vigentes.

A Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco considera que, para sair da crise económica e social, é imperioso **concretizar uma estratégia de desenvolvimento económico e social do país que tenha por princípio o combate às assimetrias regionais e à desertificação do interior**, implicando a articulação das propostas acima referidas com as políticas gerais que a seguir se enumeram:

- **Evolução da economia para produções maior especialização, com maior valor incorporado, e aposta em serviços de maior qualidade**, sendo indispensável apostar numa política de inovação e investigação;
- **Melhoria da gestão e organização das empresas**, implicando uma mudança na mentalidade e no comportamento patronal dominada pela inércia, pelas actividades de lucro fácil e muitas vezes de carácter especulativo, pelo não respeito das regras da concorrência, pela subsídio-dependência e pela falta de transparência;
- Apostar na **qualidade do emprego**, incluindo a qualificação e a elevação substancial dos salários;
- Criar **relações diferentes entre o Estado e os cidadãos**, afirmando a cidadania e rompendo com práticas e com mentalidades que geram atrasos e nos condenam ao declínio;

- Fazer uma **aposta séria no sector produtivo de forma a dinamizar o tecido económico e social**, o que passa, desde logo, quer pela manutenção de empresas com alta capacidade tecnológica e mão-de-obra qualificada, quer por políticas estruturadas para sectores tradicionais, PME's e micro-empresas que constituem uma mais valia para o país e que são decisivas para o emprego;
- A **promoção da contratação colectiva** nos sectores e nas empresas, a **concretização dos compromissos** por todas as partes envolvidas e a promoção do **diálogo social** consequente;

OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS SÃO

1º FAZER CONVERGIR O NÍVEL DE VIDA COM A MÉDIA DA UE-15, CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA ELEVAR A PRODUTIVIDADE

- Fazer evoluir os **salários reais** de forma a obter princípios de justiça social e a dinamizar a procura interna, assegurando a melhoria da parte dos salários na repartição do rendimento nacional;
- Aumentar de 25 euros o **salário mínimo nacional**, o que corresponde a um valor de 382 euros com efeitos no segundo semestre de 2004 e o consequente aumento das pensões;
- Elevar a **qualificação profissional**, sendo urgente:
 - Valorizar o **direito à formação contínua ao longo da vida** como um direito que deve ser garantido a todos os activos em consonância com a estratégia de Lisboa;
 - Concretizar os compromissos do **acordo de emprego e formação**, sendo urgente:
 - Pôr em prática o direito de cada trabalhador a um mínimo anual de 20 horas de formação certificada (que entendemos dever ser concretizado este ano) e 35 horas em 2006;
 - Assegurar que até 2006 todos os jovens até aos 18 anos de idade, estejam ou não em situação de trabalho, possam frequentar percursos que permitam a obtenção de níveis crescentes de escolaridade ou de qualificação profissional, devidamente certificados;
 - Elaborar um **programa destinado aos jovens até aos 25 anos** empregados com baixos níveis de habilitações e/ou qualificações com acções dirigidas a elevar as habilitações e/ou as qualificações, devidamente certificados;
 - Abranger os **trabalhadores despedidos** por proposta de emprego adequado ou um projecto de formação em articulação com as empresas do mesmo grupo ou da mesma região de forma a garantir uma rápida empregabilidade;
 - Garantir a todos os trabalhadores o direito à **certificação das competências** obtidas por via da experiência ou da formação para que a mesma contribua para a progressão nas carreiras profissionais, através de uma entidade pública que tenha a participação dos parceiros sociais;
 - Criar uma **Base Nacional de Dados Integrada sobre a Formação Profissional** de forma a garantir uma avaliação efectiva do esforço do país e a elaboração de um plano de formação consistente e de acordo com as necessidades nacionais e a transparência.
- **Combater e revogar a Lei de Bases da Educação** do Governo condenando a legislação estruturante do sistema educativo que, na prática, está a anular os objectivos que devem integrar o referido sistema.
- Promover uma política educativa que dignifique a **Escola Pública, Gratuita, de Qualidade e para Todos**, único garante para uma sociedade que se quer solidária, democrática e desenvolvida;

- Adequar o sistema de ensino à sociedade de hoje visando os **princípios de liberdade, igualdade, cidadania, responsabilidade e da solidariedade**;
- **Valorizar e dignificar** a função e carreiras de docentes e dos não docentes;
- Combater o abandono escolar, investindo em dispositivos de prevenção e de apoio escolar;
- Desenvolver os aspectos mais profissionalizantes e tecnológicos do sistema de ensino, que aliem o saber e o saber fazer para a construção integral do cidadão;
- Desenvolver metodologias e mecanismos, nos vários níveis e sistema de ensino, que visem criar nos jovens as capacidades necessárias para "**aprender a aprender**" e alargar as bandas curriculares de muitos cursos para os adequar às exigências do mercado;
- Fazer a **construção, renovação e recuperação** das instalações de escolas e jardins-de-infância, bem **como equipar com material de apoio** e fazer_a manutenção dos equipamentos já existentes;
- É absolutamente necessário apoiar e incentivar a investigação científica e técnica no Ensino Superior, de forma a estabelecer-se uma verdadeira cooperação com as estruturas económicas e **sociais**_locais;
- É impreterível criar condições para o acesso dos trabalhadores no activo ao Ensino Superior, nomeadamente, organizando cursos em horários pós-laboral;
- É obrigatório que o Governo cumpra e melhore a lei do financiamento do Ensino Superior como meio de acabar com os estrangulamentos financeiros existentes.
- Valorizar e dignificar a **imigração**, legalizando os imigrantes indocumentados, garantindo-lhes igualdade de direitos no trabalho, regularizando o reconhecimento de competências técnico-profissionais e habilitações escolares e possibilitando o seu reagrupamento familiar.
- Reduzir a incidência dos **acidentes de trabalho e doenças profissionais**;
- Desenvolver uma **política de apoio à inovação e à investigação e desenvolvimento**, articulando-a com a **política de educação/formação**;
- Reduzir drasticamente a **morosidade da justiça**, no pressuposto de que um sistema de justiça rigoroso, isento e credível não é incompatível com a celeridade e esta constitui uma condição de relevo para aumentar a produtividade;
- Combate à chamada **informalidade**;
- Abandono, por parte do Governo, das medidas contidas na Proposta de Lei da Regulamentação do Código do Trabalho que atingem direitos colectivos essenciais dos trabalhadores, designadamente o exercício da actividade sindical.

2º PROMOVER A JUSTIÇA FISCAL E COMBATER A FRAUDE E A EVASÃO

- Diminuir de forma generalizada os **impostos para os trabalhadores por conta de outrem**, em 2005, mas discriminando positivamente os estratos mais desfavorecidos, por via da alteração nos escalões de rendimento do IRS;

3º PROMOVER A COESÃO SOCIAL E REDUZIR AS DESIGUALDADES

- **Salvaguardar a segurança social pública, universal e solidária**, preservando a sua sustentabilidade financeira;
- Definir uma **política de prestações sociais** que tenha em conta a natureza (contributiva e não contributiva) dos regimes e o princípio da contributividade, não reduzindo a taxa de substituição das prestações. Neste sentido, deverá o Governo: comprometer-se em rever o

subsídio de doença de forma a não penalizar os beneficiários nas baixas até 90 dias; a apresentar um relatório com vista a serem tomadas medidas que permitam um combate eficiente à fraude contributiva;

- Valorizar o **subsídio de dependência** cujo valor deverá ser fixado, no regime geral, em 100% da pensão social (acamados e situações de demência grave e 70% nas restantes);
- Exigir o cumprimento das quotas de **emprego para deficientes**, nos serviços públicos (5%), definido no Decreto-Lei nº 29/2001 de 3 de Fevereiro, medida fundamental para a integração dos deficientes no mundo do trabalho e promover medidas que valorizem as suas capacidades.
- Dar prioridade aos investimentos nos **Cuidados Primários de Saúde**, em especial no que se refere aos recursos humanos, através da formação de médicos especialistas de medicina geral e familiar e de saúde pública, de enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica, de forma a garantir a cobertura adequada, a nível nacional;
- Avaliar e fiscalizar, de forma sistemática e continuada, as actividades, os resultados, os níveis de qualidade dos serviços prestados, a universalidade e a igualdade de acesso dos cidadãos ao **sistema público de saúde**;
- Envolver todos os profissionais de saúde e obrigatoriamente a população **na luta contra a privatização do Centro Hospitalar da Cova da Beira** cuja ameaça se acentua com a criação das SAs;
- Assegurar que a admissão de **médicos, de enfermeiros, técnicos de saúde. Administrativos, auxiliares e operários** nos serviços, se efective com vínculo público permanente, com Direitos e Regalias.
- Definir um plano de formação de mais enfermeiros, para que deste modo se possam oferecer mais e melhores cuidados, de forma a vir de encontro a centenas de jovens portugueses que ficam impossibilitados de ingressar no ensino superior de enfermagem, por insuficientes vagas disponibilizadas às Escolas Superiores de Enfermagem.
- Exigir a actualização de forma progressiva e gradual as **comparticipações** (oftalmologia, próteses e ortóteses, etc.) do regime geral, aproximando-as ao regime da ADSE;
- Revogar os recentes aumentos nas **custas no processo de trabalho** e demais custas judiciais por porem em causa o acesso à justiça, que é essencial à realização do Estado de Direito Democrático;
- Desenvolvimento de medidas contra a pobreza e a exclusão social e políticas efectivas de inclusão e inserção, impondo-se, nomeadamente um intervenção dos parceiros sociais no acompanhamento e avaliação do **Plano Nacional de Acção para a Inclusão para 2003-2006**;
- Compromisso do Governo no sentido de uma avaliação prévia das medidas de política quanto ao seu impacto sobre as **desigualdades**, em geral e designadamente em relação ao género e aos grupos de trabalhadores mais desfavorecidos.

4º PROMOVER A CULTURA, O DESPORTO E A OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

A Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco salienta que numa política de desenvolvimento a cultura, a ocupação dos tempos livres, como prática de desenvolvimento, de bem-estar e do equilíbrio, físico e psíquico dos trabalhadores, é fundamental, para que estes possam ser cidadãos de corpo inteiro e assim se assumam como agentes sociais, motores de desenvolvimento e prática de cidadania plena.

Hoje quando vemos a galopante da globalização da economia, a cultura é algo que passa ao

lado do desenvolvimento, isto porque o capitalismo cada vez mais quer que o trabalhador, esteja mais horas disponível, para o patrão dispor a seu belo prazer do seu tempo.

Os trabalhadores têm lutado e vão continuar a lutar, pela redução do horário de trabalho, pelo aumento do período de férias, para assim dispor de mais tempo, para se recriar e desenvolver, como cidadão de pleno direito.

Mas este desenvolvimento, só será completo e possível, se conjuntamente à redução do horário de trabalho, também os salários se aproximem da média Europeia/15, pois, estes dois factores são indissociáveis.

No Distrito de Castelo Branco a forte componente associativa (mais a norte do distrito que a sul), foi, durante décadas e décadas os grandes agentes, culturais e desportivos do distrito, envolvendo sempre os trabalhadores. Também este movimento associativo sofre as consequências da sociedade de consumo desregrado, do individualismo e da quebra dos laços de solidariedade.

Também o Governo e o Poder Local não promovem o investimento necessário ao desenvolvimento cultural e desportivo do País e em particular do seu Interior.

A nível nacional a taxa média de investimento é de 39,64 €por habitante. Isto significa que no nosso distrito há 5 concelhos que estão acima da média (Idanha, Penamacor, Vila Velha, Proença-a-Nova e Sertã). Os restantes concelhos estão abaixo com especial destaque negativo para a Covilhã que está 54% abaixo da média e o Fundão que está 87,2% abaixo da média.

Note-se que a nível de bibliotecas a média nacional é de uma biblioteca por 6 Mil habitantes, no distrito essa média é de 7.200 habitantes por biblioteca. Quanto aos museus essa média é de 31.088 habitantes por museu e no distrito é de 33.62. Quanto a cinemas a relação é de um cinema para 30.100 pessoas e no distrito é de 25.200, sendo que vários concelhos não têm qualquer casa de cinema. Quanto ao teatro e outros espectáculos embora não havendo dados disponíveis, pelo que se conhece a situação parece pouco animadora

Hoje, não sendo de rejeitar o papel que as colectividades desempenham neste campo, as Autarquias são fundamentais para a dinamização cultural na região e no país.

Os Sindicatos a União do Distrito de Castelo Branco, também têm um papel importante a desenvolver neste campo, procurando cimentar a coesão e a solidariedade entre os trabalhadores e os cidadãos em geral, porque estes valores estão postos em causa nos dias de hoje. O individualismo, o egoísmo, o salve-se quem poder, são práticas que revelam falta de um desenvolvimento cultural saudável.

A Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco defende as seguintes orientações:

- A consideração do INATEL, como um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos tempos livres dos trabalhadores, pois são estes que directamente ou indirectamente contribuem para o seu financiamento, e pelos próprios objectivos e natureza do INATEL;
- Os sindicatos devem intervir activamente na vida do INATEL, tendo em vista a implementação de protocolos para o desenvolvimento de actividades culturais e desportivas;
- O movimento sindical deve passar a ter uma maior participação na definição das políticas do INATEL;
- As acções dos sindicatos na intervenção do INATEL deverão ter sempre presente o reforço dos valores da coesão da solidariedade e do espírito associativo entre os trabalhadores;
- A melhoria e diversificação da actividade global e participação, a todos os níveis, do movimento sindical no INATEL, de forma a alargar o seu leque de iniciativas e realizá-las de forma mais acessível aos trabalhadores
- Combater as práticas despesistas e elitistas do INATEL

Neste sentido, a Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco considera fundamental a reestruturação do INATEL e a alteração dos seus estatutos, com o objectivo dos sindicatos serem considerados sócios colectivos e da CGTP-IN poder participar na sua gestão a fim de poder intervir directamente na definição das suas políticas, colocando o INA TEL ao serviço dos trabalhadores.

O movimento sindical tem, pela sua própria natureza, um papel fundamental, pelo que é necessário:

- A continuação da luta sindical pela redução da jornada de trabalho e contra a flexibilização dos horários, pois, constitui um objectivo prioritário na promoção dos tempos livres dos trabalhadores.
- Que os sindicatos tenham um forte papel interventivo para reforçar o espírito associativo, promovendo iniciativas que reforcem a unidade e a solidariedade os trabalhadores, não deixando que o sindicato seja visto apenas como um instrumento para resolver os problemas em casos de conflitos de interesses colectivos ou individuais.
- Que os sindicatos se empenhem na promoção de convívios, iniciativas culturais, desportivos e recreativos, privilegiando o trabalho com os clubes de empresa e com as colectividades.
- Que a USCB/CGTP-IN, assuma o papel de coordenar e articular as iniciativas promovidas pelos sindicatos e de realizar outras que abranjam todos os trabalhadores.

8. DESENVOLVER UMA INTERVENÇÃO SINDICAL FORTE, ACTIVA E QUALIFICADA

A Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco proclama que para que o desenvolvimento não continue a passar ao lado do distrito é necessário criar uma dinâmica reivindicativa forte e alargada, envolvendo nela os trabalhadores e outras camadas da população (pequenos e médios empresários comerciais, industriais e agrícolas) atingidas por políticas económicas que estão a destruir empresas e postos de trabalho e a beneficiar exclusivamente os grandes senhores do capital financeiro e especulativo.

Assim sendo, **A Conferência Sindical Distrital afirma** que o êxito desta luta depende, em larga medida, da nossa capacidade para promover alianças sociais (mesmo que pontuais) mais amplas e abrangentes, atraindo para o nosso seio todos os trabalhadores independentemente da sua profissão ou condição, do sector de actividade a que pertençam e do seu credo político, ideológico ou religioso e intensificando os contactos e troca de pontos de vista com as Associações de Estudantes e de pais e encarregados de educação do ensino secundário e superior, com as Associações comerciais e empresariais, com a igreja e suas organizações sociais, com o movimento associativo e com as comissões de utentes, como forma de com todas e todos estabelecermos pontos de acordo na análise e na acção concreta.

Sem a preocupação de sermos exaustivos a Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco considera desde já as seguintes frentes de luta:

1. Luta pelo crescimento dos salários e das pensões de reforma e por uma politica fiscal justa, apoiando e coordenando a acção dos sindicatos e promovendo acções de protesto dos reformados em conjunto com as Associações de Reformados;
2. Luta contra o aumento do custo de vida, envolvendo várias camadas da população;
3. Luta pela redução progressiva dos horários de trabalho para as 35 horas semanais;
4. Luta contra a aplicação do pacote laboral e em defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e da contratação colectiva;

5. Luta pela promoção da igualdade de oportunidades;
6. Lutar para a efectivação das medidas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.
7. Luta em defesa das Funções Sociais do Estado e da dignificação dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local. **Isto pressupõe:**

- a. **O combate firme e determinado à ofensiva que o governo desenvolve, através da falsa Reforma da Administração Pública**, contra os trabalhadores e contra os direitos sociais dos portugueses e em especial das camadas mais desfavorecidas;
- b. A luta em defesa da **Segurança Social** Pública, Universal e Solidária;
- c. A luta pelo direito à **Saúde** e contra a privatização do Centro Hospitalar da Cova da Beira, do Hospital Amato Lusitano de Castelo Branco e dos Centros de Saúde;
- d. A luta pelo direito à **Educação e ao Ensino**;
- e. A luta em defesa do **Poder Local Democrático** e dos serviços sociais que este deve realizar em prol das populações;

7. Luta em defesa das empresas, do emprego e da região.

Para a concretização destas frentes de luta a **Conferência Sindical Distrital Pelo Desenvolvimento Económico e Social do distrito de Castelo Branco convida** todos os agentes económicos e sociais do distrito para encontros com a USCB/CGTP-IN e os seus sindicatos onde se equacionem os espaços de diálogo e de intervenção conjunta e ou convergente Pelo Desenvolvimento do Interior.

Para além disso a **Conferência Sindical Distrital mandata** a direcção da USCB/CGTP-IN para:

- a. Realizar uma **Marcha Pelo Emprego** Estável e com Direitos, no dia 21 de Junho/04;
- b. Levar a efeito uma **Ação Pública** "Pelo Emprego, Pelo Futuro – Dar Vida ao Interior" em data a definir com outras forças e entidades;
- c. Promover um **Ciclo de debates** temáticos sob o lema "Pensar o Futuro em Movimento", que aprofundem e desenvolvam as propostas e medidas gerais e específicas contidas nesta resolução;
- d. Desenvolver **ações públicas**, que envolvam a população e os trabalhadores, em torno das questões: Da saúde; da Segurança Social; do Ensino Educação e Formação; Poder Local; Água e Ambiente, entre outras. Em relação à saúde é assumida a realização de um **debate sobre a Gestão S.A. do Centro Hospitalar da Cova da Beira**.

Covilhã, Junho/04
A Direcção da USCB



União dos Sindicatos de Castelo Branco

SEDE: R. Azedo Gneco, 24 • 6200 COVILHÃ • Tels.: Geral 275 335 846 - Seguros e Formação 275 336 314 • Fax 275 313 994 • Email: uscb.cgtp@mail.telepac.pt
DELEGAÇÃO: Av. General Humberto Delgado, 77 - 2º Esq. Fr. • 6000 CASTELO BRANCO • Tel. 272 343 434 • Fax 272 343 452 • Email: uscb.delegacao@oninet.pt